



O ADVOGADO É UM
CONSELHEIRO IMPORTANTE
PARA QUE A STARTUP AL-
CANCE O SEU OBJETIVO!



O empreendedor de uma startup enfrenta uma verdadeira jornada de herói. O desenvolvimento de um negócio fora do modelo tradicional é uma grande aventura, com muitas descobertas voltadas ao mercado e ao próprio empreendimento.

A presença da assessoria jurídica pode ser comparada a de um sábio conselheiro. Sempre presente nas histórias épicas, sua missão é criar uma relação de confiança para acompanhamento de todas as questões jurídicas que a startup vai enfrentar. A assessoria do advogado viabiliza o negócio dentro da realidade ao se tornar parceiro do empreendedor na tomada de decisões.

Com uma visão global dos interesses da startup, a assessoria jurídica auxilia no seu planejamento ao prever os riscos e se antecipar aos futuros desafios que o jovem empreendedor enfrentará, guiando-o para evitar os prejuízos e maximizar oportunidades!



reisdesa.adv.br



[ReisdeSaAdvocacia](https://www.facebook.com/ReisdeSaAdvocacia)



[@advocaciareisdesa_](https://www.instagram.com/advocaciareisdesa_)



(71) 99126-9711

(71) 99272-3645



administrativo@reisdesa.adv.br

ORIENTAÇÕES JURÍDICAS PARA STARTUPS



REIS DE SÁ
— ADVOCACIA —

Passo

01



Tem uma ideia nova? Seu modelo de negócio pode fazer a diferença! Como proteger a ideia da sua startup? O Direito não protege ideia, então faça acontecer e concretize seu projeto!

Ótimo, vamos montar uma **STARTUP**



O projeto de cada startup é valioso e, portanto, deve ser protegido por um termo de confidencialidade (NDA), mas como ter cautela sem engessar uma nova oportunidade? O jurídico vai orientar sobre o momento certo!

Após conhecer seu modelo de negócio, os advogados analisam as seguintes possibilidades: qual o modelo empresarial mais adequado? Existem incentivos fiscais para a atividade? Quais os riscos jurídicos do produto ou serviço? Existem normas jurídicas que inviabilizam o projeto?



CHECKLIST - CONTRATO SOCIAL

- Verificação do documento de formalização do modelo empresarial ou societário escolhido
- Verificação da legislação específica que regulamenta a realização de tal documento
- Elaboração do contrato de acordo com o business plan
- Revisão do contrato

PASSO 5

Ainda não acabou... Ao começar a funcionar, além do jurídico, a startup contratará outros serviços. Importante se prevenir da confusão entre um prestador de serviços com um possível empregado.

PASSO 4

Empresa pronta, e agora é hora de validar o MVP com cautela, pois temos uma legislação de consumo complexa no Brasil.

PASSO 3

CHECKLIST - FORMAÇÃO DA EMPRESA

- NIRE - Junta Comercial
- CNPJ - Receita Federal
- Alvarás de Funcionamento - Prefeitura Municipal
- Licenças Especiais - Órgãos Reguladores
- Inscrição Estadual e/ou Municipal - Estado ou Prefeitura

PASSO 6

CONTRATO DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE

- Inserir cláusula de confidencialidade
- Obrigar a entrega de código-fonte

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Minha cidade oferece benefício fiscal para startup ou para o meu business? Onde está o melhor mercado? Vale a pena aderir ao SIMPLES NACIONAL? Qual o regime de tributação ideal?

PASSO 7

PROCURA-SE INVESTIDOR!

Ele gostou do seu pitch? **Parabéns!** Lembre do contrato de confidencialidade. Quais informações devo proteger? O que colocar no *term sheet*?

No ecossistema das startups é muito comum o dinamismo e informalidade na relação entre empreendedores. A boa notícia é que esta tratativa entre parceiros pode ser protegida e preservada através do **MOU**.

Chegou no **BREAKING EVEN** e quer um investidor? Anjos, aceleradoras, cid capital, private equity. Como funcionam? O investidor será seu sócio?

CONCLUSÃO

A startup vai se consolidando, mas os advogados continuam na jornada, pois eles precisarão orientar os empreendedores em todas as fases de crescimento, principalmente na relação com investidores, aceleradoras, incubadoras e especialmente com o Cliente.



PASSO 2

Ao registrar a startup na Junta Comercial, existe outro desafio: o que colocar no contrato social? Por ser público, existem segredos empresariais que só devem estar no acordo de sócios-documento privado e formulado pelo jurídico.

